

A Avaliação Escolar No Processo Inclusivo: Reflexões Pertinentes E Conceituações Atuais

Edí Marise Barni¹
Diego da Silva²

RESUMO

Na idade antiga encontram-se diversas formas de avaliação. “Nas comunidades primitivas o ensino era para a vida e por meio da vida”, portanto, cada atividade que a criança desenvolvia servia de instrumento para sua sobrevivência e aprendizagem em geral. A escola era a aldeia. A educação, a linguagem e a moral era responsabilidade de todos. Os adolescentes eram submetidos a provas relacionadas com os seus usos e costumes e depois de serem aprovados nessas provas de resistência e sobrevivência eram considerados adultos, anuncia que a “educação primitiva, solidária e espontânea, vai sendo substituída pelo temor e pelo terror”. Na Grécia seguiu o mesmo esquema: de resquícios da sociedade primitiva, numa época de transição, surge a propriedade privada, o patriarcado, os escravos, as guerras, os jovens viam a guerra como ocupação fundamental e médio. A avaliação da aprendizagem começou a ser compreendido á partir de 1930 por Ralph W. Tyler apresentando um modelo de avaliação por objetivos após notar que em cada cem alunos eram aprovados anualmente e que significava que os sessenta reprovados não tinham processado uma aprendizagem satisfatória. Ele propôs mudanças de comportamento em consonância com o planejamento pré-determinado. O mesmo autor diz que, para a avaliação chegar aos dias de hoje, transformada em seus conceitos, um longo caminho foi percorrido, muitos estudiosos se dedicaram à tarefa de estudá-la as libras.

Palavras-chave: disciplina; indisciplina; ensino-aprendizagem; educando-educador.

Received 01 July, 2022; Revised 08 July, 2022; Accepted 10 July, 2022 © The author(s) 2022.

Published with open access at www.questjournals.org

I. INTRODUÇÃO

Avaliar para quê? É preciso ter muito cuidado para não transformar o conceito de qualidade do Ensino e Aprendizagem num conjunto de critérios a serem atingidos e comemorados. O conceito de avaliação é abrangente, porque depende dos pressupostos teóricos que o embasa.

Diante disto é importante entender à avaliação no âmbito escolar, como a sua função, a proposta curricular atual, a legislação vigente, que dá a importância à avaliação, ter certeza sobre o PPP e como a avaliação se incorpora no mesmo.

A avaliação, nos dias atuais, recorre a diversos instrumentos para fazer o aluno compreenda os conteúdos previstos no planejamento do professor.

Entender a importância da avaliação no âmbito escolar nos leva a pensar a sua função, a proposta curricular atual, a legislação vigente, que dá a importância à avaliação, que ela deve ser: diagnóstica, contínua, formativa e cumulativa.

Entendemos que a avaliação é um instrumento auxiliar da aprendizagem, e possibilita identificar se os objetivos de ensino foram alcançados. A avaliação como diagnóstico significa constante observação na aprendizagem do aluno e tem caráter contínuo de diagnóstico.

A avaliação contínua deve acontecer no espaço próprio da aprendizagem e durante a aula tão logo constatada a dificuldade do aluno.

A chamada indisciplina, que tanto tem mobilizado pessoas envolvidas no processo educativo, está inteiramente ligada ao exercício da autoridade, autoridade essa que não se pode confundir com autoritarismo, tendo sido apontada e entendida em algumas literaturas, como um comportamento anti-

¹ Pedagoga e Psicóloga. Mestre em Educação pela PUC PR. Docente da Uniensino, Unicesumar e Uniandrade.

² Psicólogo. Docente da Uniensino.

social e inadequado, e como sendo um dos fatores que mais compromete a prática pedagógica.

Diante disto esta avaliação orienta e faz o diagnóstico para fazer mudanças no processo de ensino e aprendizagem e fornece ao professor oportunidade para repensar a sua prática e ao aluno superar as suas dificuldades.

A avaliação cumulativa analisa se os objetivos foram alcançados, tem caráter investigativo. Ela também é somativa e não deve ser confundida como classificatória. Os resultados são expressos por notas e médias numéricas, "- escala de zero a dez, conceito ou menção.

AUTORIDADE E AUTORITARISMO

Após vinte anos de regime autoritário, tenta-se construir um país democrático. Com o regime anterior não existia espaço para optar, era preciso agir de acordo com as normas estabelecidas pelo governo. Não havia espaço para debates e inovações. (D'ANTOLA ET AL., p. 49).

Com o autoritarismo o educando encontra-se dominado, sem condições para o pleno desenvolvimento de sua maturidade e senso de responsabilidade.

Surgindo o regime democrático, as oportunidades para agir se ampliaram, aparecendo espaços para o debate e abrindo-se novos caminhos para o atendimento das necessidades e interesses da maioria, devendo-se educar para colaborar e respeitar os direitos alheios.

De acordo com D'ANTOLA (1989, p. 49)

a preocupação de se evitar o autoritarismo corremos o risco de cair no extremo oposto, o excesso de liberdade que pode levar ao respeito e confusão entre os conceitos de autoridade e autoritarismo.

Também se constatou o aparecimento das incertezas, a falta de experiência para participar, opinar, debater e até de discordar.

Constatou-se que tanto o professor como o aluno são seres ativos que vão se descobrindo num processo contínuo, rico e vivo do conhecimento. "A relação professor-aluno deve ser entendida com sendo um traço unificado. Procure a democracia reside numa igualdade básica, que é o prazer de aprender, em que ambos devem estar aprendendo." (GROSSI, 1993, p.8).

O professor deve estabelecer uma relação dialógica com o aluno e abrir espaço livre para que ele participe o que é impossível sem se proporcionar oportunidades (FREIRE; SHER, apud O' ANTOLA, 1989, p. 53) . Concorda-se que um professor tem que ensinar, portanto deve saber mais do que os alunos, mas também deve aprender com eles, sobretudo compreendendo como se dá o processo de aprendizagem deles.

Conforme afirma SNYDERS (1993, p.75)

a escola é uma instituição onde está em jogo alcançar a cultura, a alegria cultural pela mediação constante e contínua das pessoas, não uma pura troca de idéias, pois nela a cultura é transmitida pela vivência.

Para que o aluno encontre alegria no relacionamento, ele precisa sentir que está sendo levado a sério igual a um adulto. Todavia, ao mesmo tempo, tem que ser reconhecido como diferente, porque é jovem e faz parte da nova geração. Portanto, "o professor precisa depositar confiança nos alunos para que eles atinjam a alegria, tenham confiança em si mesmos e acreditem em suas forças e na classe como um todo". (SNYDERS, 1993, p.81 e 82).

O educador bem sucedido é aquele que sabe, organiza, prevê, assume as responsabilidades e comanda. Tem como prática pedagógica a ação-reflexão-ação, é espontâneo, disponível e crítico levando o educando a um nível maior de realização pessoal e grupal e ainda propicia a integração dos domínios psicomotor-afetivo e cognitivo.

Entretanto, "em determinadas ocasiões, a melhor atitude do professor seria talvez se apagar, apagar-se pelos menos enquanto interveniente ativo e concentrar-se no papel de ouvinte. Mostrar-se disponível, mesmo que não possa dar aprovações, e muito menos intrometer-se". (SNYDERS, 1993, p.87).

Para o aluno, conhecimento é trazido pelo efetivo: ele aprende bem o que cativa, numa atmosfera de aula que lhe parece segura, como um professor que sabe criar afinidades. (SNYDERS, 1993, p.92).

Algazarra em classe, brigas, xingamentos, depredação e até agressões a professores, não acabam com

gritos ou ameaças. O fim da indisciplina acontece quando crianças e adolescentes são ouvidos, conhecem o objetivo de cada atividade e negociam a melhor maneira de atingi-los. É mais fácil para os alunos seguirem regras que eles ajudam a criar, são medidas capazes de fazer os alunos mudarem o modo de agir e de pensar. Investir na autonomia como geradora de auto disciplina traz excelentes resultados, fazer com que as decisões entre professores e alunos sejam constantes, dando aos alunos chances de participarem da elaboração de regras, a escola põe fim ao conceito de disciplina como um mecanismo de repressão ou controle." O aluno indisciplinado não é mais aquele que conversa ou se movimenta na sala. É aquele que não tem limites, não respeita os sentimentos alheios, tem dificuldade em se auto governar". (TELMA, 2005).

A disciplina não pode ser um pré- requisito, mas torná-la um dos objetivos a serem construídos pela escola. No cotidiano escolar a medida eficaz para cultivar a disciplina e acabar com os conflitos entre professor e aluno, são os contratos didáticos. Os professores devem estabelecer roteiros de estudos e discutir com a turma. O aluno sabe tudo o que vai ser abordado: as aulas teóricas e práticas programadas se haverá atividades externas e como será feita a avaliação entre outros detalhes. O contrato é um combinado. O aluno não fica ansioso, pois sabe o que vai acontecer com ele.

Nem todas as escolas têm um projeto que contemple a questão da disciplina. Por isso, às vezes, os professores enfrentam esses desafios sozinhos, para amenizar o problema devem ser seguidas algumas atitudes, a saber:

- Não gritar. Se o barulho se sobrepõe à sua voz, espere em silêncio: a turma vai perceber que isso está prejudicando a aula.
- Recorra aos contratos. Se as regras coletivas são claras e todos estiverem de acordo, fica mais fácil chamar a atenção quando ocorre transgressão.
- Ser coerente com que pede aos alunos. (Não adianta cobrar pontualidade se você chega atrasado).
- Não considerar a indisciplina como um ataque pessoal. (Não aceitar provocações para não reforçar comportamentos indesejados).
- Ser enérgico quando necessário sem perder o afeto. (Faltas graves merecem atitudes firmes. O diálogo e a reflexão não eliminam a sansão prevista).
- Não desanimar. (A assimilação da disciplina é um processo gradativo e exige investimento: Repetir o discurso para o mesmo aluno várias vezes). (ESCOLA, junho/julho 2005 p. 49)

Diante disso, o diálogo é fundamental, para que alguns problemas sejam solucionados, no entanto não se dá de uma hora para outra. A criança aprende gradualmente, como resultado da reflexão contínua, da troca de pontos de vista e de coerência nos procedimentos empregados: ensinar disciplina exige-se dedicação, compreensão e diálogo.

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO E O DOCENTE

Avaliar alunos especiais requer cuidado e coerência, a avaliação deve ser contínua, dinâmica, valorizando os avanços, os progressos alcançados. A escola também tem um papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, como fornecer materiais didáticos adaptados, oferecer cursos aos educadores com a finalidade de conhecer novas práticas de ensino e adaptação no currículo escolar, por exemplo. (COLL, César 2004, p.43).

A inclusão não significa apenas incluir alunos com algum tipo de deficiência, mas sim qualquer pessoa. "As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais." (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: UNESCO, 1994).

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino requer uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação de professores.

“A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais. (MITTLER, Peter 2003, p.20).

Podemos perceber que a Educação Inclusiva vem propor novos questionamentos, talvez impensáveis até o momento, mais criativos e com melhores resultados nas escolas inclusivas. ”A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER, Peter. 2003 p.16)

Hoje faz mais urgente uma qualificação profissional adequada para se trabalhar com a inclusão social. Sendo que ela é uma nova tendência que vem ganhando espaço em diferentes países num processo permanente de debates das questões práticas e teóricas para que os professores sejam capazes de responder às tarefas que decorrem do processo de inclusão. (Souza e Silva (2005.pg.34)

“A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional.” Para tanto, os sistemas de formação docente precisam ser repensados, com propostas de reconstrução para capacitar os professores através de um processo permanente de desenvolvimento profissional envolvendo formação inicial e continuada, oportunizando assim a construção e ampliação de suas habilidades para trabalhar o ensino inclusivo com o objetivo de alcançar todas as crianças e jovens nas suas diferentes necessidades de aprendizagens. Segundo Mittler (2003, p. 35).

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se a necessidade de um bom relacionamento entre professor e aluno em classe para que não surjam conflitos, os quais se não forem bem administrados poderão fazer com que os alunos esqueçam o que foi ensinado ou apresentem dificuldades e bloqueio no processo ensino-aprendizagem.

Os professores autoritários e tradicionais consideram que existe disciplina em sala de aula apenas quando o aluno é passivo e silencioso, contudo, esse educando poderá não apresentar retorno no processo de ensino, prejudicando a sua aprendizagem, ocorrendo assim a indisciplina passiva.

Percebe-se a importância da autoridade do professor para dirigir a classe, sendo imprescindível o domínio de conhecimento; segurança; demonstrando interesse e otimismo; preparando bem suas aulas; estando sempre atualizado, respeitando o aluno como pessoa; revendo seus pontos de vista quando for necessário; tendo senso de justiça, caráter e compromisso com o bem comum; agindo assim os alunos terão mais confiança no professor e nas suas intervenções, o qual utilizará a autoridade dentro dos limites da democracia. Mesmo a autoridade estando sempre presente, o professor deve recriar-se diante de cada situação.

A disciplina deve ser compreendida como a somatória de influências: instrução, métodos, conteúdos e interação professor-aluno.

Para deixá-la nascer, não é preciso sufocar ou eliminar a alegria, que apesar das dificuldades encontradas, o educador bem sucedido consegue manter e transmitir aos alunos que a escola, assim como a existência atual e futura merece que eles se esforcem para crescer.

É importante a disciplina para a melhor organização escolar e para a apropriação do saber, propiciando

ao educando autonomia, liberdade e senso crítico atingindo assim a autodisciplina.

Os alunos precisam sentir a importância do auto-controle, respeitando os professores e colegas, compreendendo e necessidade de esforço e concentração numa atividade significativa e interessante.

O educador deve ser o organizador da coletividade através da participação ativa e coletiva dos alunos para realizar a construção do conhecimento. Portanto, ele também precisa disciplinar-se, assim como o aluno, no estudo, com seus entusiasmos pelo ensino, seu interesse pelo que acontece na sua área de atuação.

Existem muitas indagações inadiáveis com relação à relevância da escola, do conhecimento e do estudo, inclusive para os próprios educadores que se, na qualidade de profissionais privilegiados da educação, tiverem a certeza quanto ao seu papel e ao valor do seu trabalho, poderão fazer uma leitura diferente sobre as questões mais desafiadoras do cotidiano da sala de aula e as possíveis estratégias de enfrentamento das dificuldades encontradas, entre elas a indisciplina. As novas condições de vida em sociedade impõem à escola e aos educadores a necessidade de pensar e repensar, continuamente, as formas de organização do trabalho escolar, em suas diferentes dimensões, incluindo a indisciplina entre as questões mais prementes para o debate e para investigação.

Conclui-se que a questão da (in)disciplina é um tema que requer pesquisas constantes devido às mudanças ocorridas pela evolução social, tudo reflete em novos padrões de comportamento, exigindo-se novas posturas na visão do setor educacional.

REFERÊNCIAS

- [1]. CAPRILES, René Makarenko. **O nascimento da pedagogia socialista**. Secione, 1989.
- [2]. D'ANTOLA, Arlete ET.al. **Disciplina na escola: Autoridade Versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.
- [3]. FAZENDA, Ivani. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1979.
- [4]. FONSECA, Elisabete. **Disciplina na escola pública: uma contribuição à reflexão sobre as práxis educativa na atualidade**. Curitiba, 2001. Monografia, Setor de educação, Universidade Federal do Paraná.
- [5]. FORQUIM, Jean-Claude. **Escola e Cultura - as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- [6]. SNYDERS, Georges. **Alunos Felizes. In As Relações Pessoais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- [7]. ANFOPE - **Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Formação dos profissionais da educação e base comum nacional: construindo um projeto coletivo**. Florianópolis, 2002. Documento Final do XI Encontro Nacional da ANFOPE.
- [8]. BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.
- [9]. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús e colaboradores. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e necessidades Educativas Especiais**. Editora: Artmet, 2ª. ed. Volume 3, 2004.
- [10]. COSTA, V. A. da. **Inclusão de alunos com deficiência: Experiências docentes na escola pública**. *Revista Debates em Educação*. Maceió, v. 3, n. 5, p. 49-62 jan./jun. 2011a. _____. **Formação de professores e educação inclusiva: experiências na escola pública**. In: COSTA, V. A. da et al. (Org.). **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói: Intertexto Editora; CAPES, 2011b. p. 31-52.
- [11]. CROCHÍK, J. L. **Teoria crítica da sociedade e Psicologia: alguns ensaios**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília: CNPq, 2011. 286p. _____. **Educação para a resistência contra a barbárie**. *Revista Educação*, São Paulo, ano 2, n. 10, p. 16-25, 2009.
- [12]. LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 13 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- [13]. MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.
- [14]. SILVA, Maria Odete Emygdio da. **A análise de necessidades na formação contínua de professor: Um contributo para a integração e inclusão dos alunos 71 com necessidades educativas especiais no ensino regular**. São Paulo: AVERCAMP, 2003. p. 53-69. BBE.
- [15]. SOARES, Dulce Consuelo R. **O Cérebro X Aprendizagem**. Disponível em: . Acesso em: 4 de julho de 2009. SOUZA, Bruno Campello de. Sapiens **Informação e conhecimento sobre a superdotação intelectual**. 2000. Disponível em:< <http://www.vademecum.com.br/sapiens/FAQs.htm>>. Acesso em: 4 de julho de 2009.
- [16]. SOUZA, Rita de Cácia e SILVA, Greice Santos. **Desafios para o educador inclusivo .O educador frente à diversidade e à inclusão**. *Revista da FACED*, nº 09, 2000.